



## Eixo: Relações Étnico-raciais na Biblioteconomia e Ciência da Informação

### BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Igor Soares Amorim<sup>1</sup>  
Ueliton Dos Santos Alves<sup>2</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Tanto a Biblioteconomia como a Ciência da Informação são áreas destinadas ao controle da informação e do conhecimento. Isso significa que ambas têm um grande impacto no circuito das ideias e como essas são difundidas, apropriadas e concatenadas. A sociedade é composta por tensões e forças que a configuram como um lugar de disputa em seus diversos domínios. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação legitimam-se assim como espaços configuradores de um saber-poder que é transversal.

Um saber se constitui enquanto tal na medida em que as relações de poder se conformam em tensões geradoras dos próprios saberes (FOUCAULT, 2019), assim não é errado esperar que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação consolidem discursos que conservem as estruturas sociais, políticas e econômicas desse mundo desigual. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação emergem no hemisfério norte do planeta e, como tal, foram adequadas a contextos específicos. A modernidade é um conceito eurocentrico que demarca uma perspectiva sobre a configuração de geopolítica entre os países. Nesse sentido, a imposição da modernidade às colônias culminou com a supressão de culturas e experiências de diferentes grupos e povos em favor de uma homogeneização a partir do mundo europeu, branco e masculino.

Nesse sentido, almeja-se averiguar em que se corporifica a colonialidade presente na epistemologia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, bem como abrir caminhos para o estabelecimento de uma perspectiva decolonial nas mesmas. Para alcançar tal meta, recorre-se ao desenvolvimento histórico de ambas as áreas a fim de avaliar como essas colocaram-se frente às demandas de grupos marginalizados, das minorias. Também é necessário identificar

<sup>1</sup> Docente na graduação de Biblioteconomia e Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. amorim.igors@gmail.com

<sup>2</sup>Mestrando no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. ueliton.usp@gmail.com

elementos e propriedades presentes nas epistemologias da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que apontem uma manifestação colonial, a fim de reconhecer criticamente o viés dominante nas áreas. Por fim, é necessário, em diálogo com um referencial crítico, cartografar linhas decolonizadoras para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Esses são os principais objetivos deste estudo, que se justificam na necessidade de fortalecer uma visão crítica das áreas em favor da democratização da informação e do conhecimento. Ainda, esta pesquisa é caracterizada como teórica e exploratória e usa como método o estudo de bibliografias que tratem das configurações epistemológicas da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A colonialidade obstrui e silencia o conhecimento, sua complexidade e diversidade. Esta pesquisa justifica-se por propor novas formas de compreender a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, não só em seus relatos históricos, mas sobretudo para colaborar com a construção de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação articulada às necessidades específicas da situação brasileira e latino-americana. Na sequência, aborda-se a noção de epistemologia, adentrando-se nas suas condicionantes de poder. Em seguida, discute-se os aspectos teóricos e históricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para então, finalmente, refletir sobre o colonialidade e decolonialidade presente na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA: ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A palavra epistemologia é relativamente nova, surge com o idealismo moderno, porém, seu campo de estudo nasceu provavelmente na Grécia Antiga, com a preocupação filosófica com o saber, mais especificamente, com a dúvida sobre como o conhecimento é possível. Platão, por exemplo, pretendeu saber o que era o conhecimento e quais suas benesses, enquanto Locke buscou mapear as operações do processo de compreensão humana; já Kant estudou as condições da possibilidade da compreensão humana. No fim do século XIX e início do século XX, os estudos sobre a epistemologia passaram a centrar esforços na compreensão da ciência. Assim, se contextualiza a epistemologia de Russell ou Popper, bem como as reflexões sobre campos especializados feitas pelos próprios especialistas e não necessariamente filósofos.

Nesse sentido, pode-se notar que a epistemologia constitui-se como um conjunto discursivo que enfoca um saber que carrega consigo o valor do “verdadeiro”, isto é, a epistemologia constitui-se como um estudo do “conhecimento verdadeiro”. Mas é importante lembrar da noção de dispositivo. Deleuze (1996) afirma que um dispositivo é um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, “as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras” (DELEUZE, 1996, n.p.). A epistemologia é um dispositivo, nesse sentido, composto por linhas que variam, composto por um arquivo, mas também por devires.

Internacionalmente é comum o emprego do termo *Library and Information Science*, pressupondo um sentido de unidade. No Brasil, aparentemente, por vezes o termo Ciência da Informação incorpora a noção de Biblioteconomia, como se os aspectos bibliográficos e biblioteológicos compusessem parte de um grupo maior de saberes, a Ciência da Informação. Essa perspectiva deriva de uma visão positivista, em parte inaugurada pelos documentalistas. No *Tratado de Documentação* de Otlet (2018), há um manifesto em favor de uma grande Documentação (ora referida como Documentologia) que deseja abranger os problemas das bibliografias e das bibliotecas.

A Ciência da Informação consolidou-se no pós-guerra, quando a Europa se reconstruiu e os Estados Unidos ipuseram-se como a referência ocidental em diversos aspectos, entre eles o de ciência. Em solo estadunidense, não foram profundos o uso do termo “documentação”, que passou a concorrer com a noção de “Ciência da Informação” revigorada pelos estudos em *information retrieval*.

De qualquer modo, é importante demarcar aqui uma diferença crucial entre o que se passava até então no hemisfério norte e sul. O Iluminismo na Europa e nos Estados Unidos propiciaram uma difusão de livros e bibliotecas e, as populações desses locais tiveram acesso massivo à um sistema educacional e cultural, o que possibilitou uma relação e significação das pessoas com o livro, com a biblioteca e com o conhecimento distinta do que se deu por aqui, no sul.

Ainda hoje não é fácil o acesso aos livros e a outras tecnologias de informação, assim como não são difundidas as competências técnicas e culturais para apropriação das ideias e inclusão nos debates públicos locais, nacionais ou internacionais. Nesse sentido, faz-se necessário revisitar a história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação separadamente.

Fonseca (2007) aponta que epistemologicamente a Biblioteconomia se define pelo conhecimento de regras através das quais os livros são organizados em espaços apropriados, como, prateleiras, estantes, armários e salas. Nesse sentido, a Biblioteconomia tem uma relação fundante com a “gestão das bibliotecas”. Antes do século XVII, não era explícito um campo do conhecimento próprio para as questões da biblioteca. Esses conhecimentos e práticas eram considerados no domínio da Bibliografia, que se caracterizava pela descrição e ordenação de registros de documentos em listas, bibliografias e catálogos. No século XVII os conhecimentos relativos às bibliotecas passam a ser sistematizados com maior consistência e de fato a Biblioteconomia se diferencia com mais profundidade da Bibliografia, o que levará a sua primazia em relação a esta no século XIX, quando as discussões sobre a organização dos catálogos, disposição dos livros nas estantes e o acesso à informação adquirem relevância. Nesse período cresceram os acervos, o que exigiu amplio os desafios bibliotecários no controle e nas ações de acesso aos livros. Nesse contexto, catálogos e a organização dos livros requeriram maiores esforços intelectuais, o que levou à um aumento da consistência teórica da Biblioteconomia. Diversos pensadores concentraram sobre os processos de descrição e classificação a fim de garantir o acesso à informação.

Além disso, há que se ratificar a função social e política da biblioteca, seu profissional e sua ciência. A biblioteca foi ressignificada sob os ideais Iluministas com a Revolução Francesa, em 1789, quando passou a visualizar o acesso ao conhecimento como ferramenta de emancipação cidadã, cuja finalidade seria a evolução humana por meio da “razão” ao encontro da “verdade” (SILVA et al, 2019). Até então as bibliotecas tinham o acesso mais restrito e o foco por vezes delimitado na preservação dos livros.

O Iluminismo de fato abriu as portas das bibliotecas para um número maior de pessoas, mas há que se compreender criticamente qual a imagem que tal período cristalizou sob as noções de “cidadão”, “razão” e “verdade”. A concepção moderna de “cidadão” consolida-se no século XVIII que refere-se aos letrados que participam de círculos privilegiados de discussões sobre os interesses coletivos. Tais debates pressupunham que o cidadão precisava se informar por meio dos textos escritos, para então debater e votar. Essa noção entra em crise no século XX a partir da crítica e da reivindicação de minorias, como mulheres, operários, camponeses, o que provocou uma mudança lenta que ampliou a esfera pública e, consequentemente, a dimensão da participação democrática (CANCLINI, 1999). A razão toma centralidade no Iluminismo, a ponto de Kant (1990) dizer que o Iluminismo é a saída do homem da menoridade pela sua nova capacidade de usar a razão sem orientação de outrem. A razão já entronizada nas ciências, torna-se soberana no século XVIII pautando em dois principais pressupostos: “a idéia de um universo totalmente acessível ao racional” e “a concepção de uma

humanidade guiada pela Razão” (MORIN, 2005, p. 24). A razão coroou o discurso científico como o “verdadeiro” motivado pelo sucesso das Ciências Físicas, Químicas e Biológicas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, uma hierarquia passou a imperar na valoração dos saberes, criando uma cisão entre o conhecimento produzido por cientistas, o pressupostamente “verdadeiro”, e todos os outros. A partir da descoberta do inconsciente, das atrocidades experienciadas nas Guerras Mundiais, de movimentos artísticos vanguardistas, filosofias críticas e a iminência das catástrofes derivadas da exploração desenfreada dos recursos naturais, tal perspectiva de razão e verdade foi questionada e tem passado por um redimensionamento tanto funcional quanto conceitual (MORIN, 2005).

De qualquer modo, a Biblioteconomia desenvolveu-se sob signo de tais concepções. O Iluminismo de fato ampliou o acesso à informação. Ainda, a Revolução Científica e Industrial atualizou a função das bibliotecas, que passaram a preocupar-se com a alfabetização e a formação educacional e cultural dos trabalhadores. Nesse cenário que a Biblioteconomia passa a pensar a tríade usuário-conhecimento-coleção (NITECKI, 1968).

Já a Ciência da Informação nasce em meados do século XX, vinculada aos problemas da comunicação científica que, embora fomentada pelo contexto de Guerra Fria, apresentava ruídos que atrapalhavam o desenvolvimento científico. Barreto (2008, n.p) aponta dois principais vértices que impulsionaram a Ciência da Informação. Primeiro, a publicação do texto *As we may think* de Vannevar Bush em 1945, onde descreve “sobre o problema da informação em ciência e tecnologia e os possíveis obstáculos que, poderiam ser encontrados na sua organização e repasse a sociedade”. O segundo vértice foi a realização em 1948 da *Royal Society Scientific Information Conference* em Londres, na qual mais de 300 pesquisadores de diversos países (predominantemente do hemisfério norte) discutiram os problemas da organização e acesso a informação e criaram o campo da Ciência da Informação.

Araújo (2014) apontou quatro fatores principais que condicionaram o surgimento da Ciência da Informação: a) A dissociação entre Bibliografia e Biblioteconomia e Documentação; b) A institucionalização da noção de “informação” nos currículos, planos e designações das organizações da área; c) A demanda por produtos documentários (índices e resumos) mais especializados; e, d) O desenvolvimento tecnológico que permitiu a separação da informação de seu suporte analógico, o que levou a pesquisa sobre a recuperação automática da informação.

De acordo com Borko (1968), a Ciência da Informação se atenta às propriedades e aos comportamentos da informação, às forças que as constrangem e às técnicas que as processam, e permitem sua armazenagem, recuperação e disseminação. Para Araújo (2014), há na Ciência da Informação uma crítica às disciplinas que abordam os documentos e a informação sob uma lógica custodial, contudo, tal crítica não foi suficiente para separar a área pelo seu anseio positivista, o que só iniciou no final do século XX (CAPURRO, 2003), quando os estudos informacionais passam a dialogar com a teoria crítica e a tecer abordagens historicistas. Assim, houve uma mudança significativa no estudo da informação. A informação, tomada como objeto, era tida como um elemento transmissor de sentido, capaz de afetar o conhecimento subjetivo, mas a partir dos anos 1990, a intersubjetividade passou a ser considerada nos estudos da informação. A informação é o vínculo de curta duração entre os dados quem se conformam enquanto um registro, e o conhecimento. A informação é situacional e, por isso, seu sentido é relativo ao contexto. Tal configuração implica que a Ciência da Informação deva conhecer as comunidades epistêmicas a fim de compreender as necessidades e as dinâmicas informacionais (CAPURRO, 2003).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE NA EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A partir da história da Biblioteconomia e da Ciências da Informação realizada aqui, é possível identificar que ambas são costuradas por uma narrativa eurocêntrica e ocidentalizada, trazendo para termos das discussões mais contemporâneas, são visivelmente influenciadas pelo norte global ocidental. Mas cabe ressaltar que isso não é uma característica somente dessas áreas, na realidade o que chamamos de modernidade está centrada nessa lógica. Quem aponta isso são os chamados teóricos dos estudos pós-colonias e estudos dos subalternos, pensadores que se propõem a estudar os efeitos das colonizações dos territórios da Europa sobre demais territórios do mundo.

Segundo Balestrin (2013) na década de setenta, formava-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos, cujo principal projeto era analisar criticamente a historiografia da Índia feita por ocidentais europeus e a historiografia eurocêntrica produzida por indianos. A partir dos movimentos insurgentes dos intelectuais indianos, desdobra-se nos países que compõem o bloco chamado de latino-americano um manifesto que apontava para a necessidade de uma releitura das narrativas nacionais, capaz de detectar a ausência de representações da ação e de narrativas das comunidades subalternas, destacadamente ameríndias e de matriz africana. A partir desses contributos que se controna a ideia de colonialidade e decolonialidade. Mas antes de dissertar sobre decolonialidade é importante ressaltar sua diferença entre o conceito de colonialidade e o de colonialismo, embora se relacionem intimamente, devem ser abordados de forma distintas.

Segundo Aníbal Quijano (2014) e Enrique Dussel (1994), o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, já a colonialidade trata sobre a constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, trata-se de uma ideia que envolve também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade.

A colonialidade apresenta um elemento material de exploração, mas também uma formatação ideacional e identitária. Pode-se dizer, que a colonialidade é uma prática que sobrevive mesmo quando não há mais uma relação político econômica entre colonizador e ex-colônia, ou seja, a colonialidade pode existir sem o colonialismo, através de uma imposição que se desdobra nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos.

Para Quijano (2014), a colonialidade diz respeito a constituição de um padrão de poder que não se restringe às questões formais de exploração ou dominação colonial, mas também envolve as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. A colonialidade pode então ser lida como uma prática que através da ciência moderna/colonial produziu um modelo único, universal e objetivo tendo como referência a Europa. O autor sustenta que a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser, e é essa tripla dimensão que nos interessa, pois esse tripé pode fundamentar a análises decoloniais dentro do campo da Biblioteconomia e da Ciências da Informação.

Ao dissertar sobre a colonialidade do poder, Quijano (2014) refere-se a um controle de narrativas, um poder sobre a história e a episteme dos povos colonizados e, portanto, tal controle possibilita a constituição história única, tal narrativa pode ser usada para justificar atrocidades como a colonização de outros povos, a escravidão entre outras atrocidades cometidas em nome da ideia de civilidade trazida pela modernidade europeia. Esse tipo de controle (de monopólio da narrativa), Quijano vai chamar também de colonialidade do saber, que na interpretação de Santos (2007), em linhas gerais é uma narrativa que:

excluiu outros saberes e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando epistemologias da periferia do ocidente. Tal colonialidade do saber é representada na geopolítica do conhecimento, a partir da qual a razão, a verdade e a ciência são atributos possíveis nas – e das – metrópoles, cabendo aos territórios (ex) coloniais e

seus sujeitos o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (SANTOS, 2007, p.72).

Usando do poder de controlar o saber é que surge o terceiro elemento operante, a colonialidade do ser, que é a capacidade de destituição da existência, da condição de humanidade dos outros, dos povos não europeus, é a exterioridade negada. A partir dessa tríade – a colonialidade do poder, do saber e do ser – fundamenta-se teorias que atribuem quem são e como devem viver cada povo. A essas teorias pode-se atribuir a responsabilidade de promoção de um genocídio existencial que referenciou a destituição de identidades, saberes e epistemes no colonialismo.

#### 4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma vez conhecido o conceito de colonialidade, pode-se destacar como ele interfere na área da Biblioteconomia e da Ciências da Informação. A colonialidade do saber lida com a discussão epistemológica dentro dos campos científicos, principalmente sobre a constituição e preservação da história do conhecimento, uma vez que é justamente a história que é a responsável pelo monopólio sobre determinados conhecimentos, e que viabiliza a constituição da narrativa hegemônica, a qual pode justificar atrocidades como a colonização de outros povos. Ou seja, estudar a colonialidade do saber poderá contribuir para as discussões existentes na área na medida em que corrobora outras vozes, rompendo com o mito da narrativa única.

Nesse sentido, em que medida a Biblioteconomia é colonial? E a Ciência da Informação? Há um poder que confere forma à Biblioteconomia e a Ciência da Informação, que reforçam um discurso tecnicista, centrado em pequenos grupos privilegiados... Isso se dá quando da Biblioteconomia não se atenta para o analfabetismo funcional e mídiático da população brasileira, ou quando a Ciência da Informação volta-se apenas para suas facetas tecnológicas. Há um saber instituído que dessensibiliza a Biblioteconomia e a Ciência da Informação para as demandas locais, oriundas das peculiaridades brasileiras e latinoamericanas. Quando se reconhece por meio de premiações e financiamentos pesquisas que embora antenadas com debates internacionais, não corroboram para a transformação social. Ainda, há uma dimensão do ser, que é deixada de lado, submersa nas ideologias promovidas pelo mercado sob o signo do individualismo, do consumismo e do lucro. Tal dimensão é uma questão ética para a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Pode-se dizer que as teorias decoloniais tem se tornado uma importante ferramenta por conta da sua capacidade de atribuir a responsabilidade de promoção de um genocídio existencial que referenciou a destituição de identidades a colonialidade. Basta olharmos para a definição de colonialidade apresentada aqui para compreender isso, por exemplo, algumas nações podem dizer que superaram o colonialismo, mas como apontam os autores decoloniais, é preciso superar também a colonialidade, que infelizmente detém poderes que interferem na atualidade, como os currículos e as disciplinas centrados na história europeia como se essa fosse universal, ou definindo os conhecimentos que devem ser disponibilizados para acesso. Ou seja, esse exemplo lança luz sobre a responsabilidade que bibliotecários e cientistas da informação temos quando se diz respeito a pensar a constituição de espaços e acervos que corroborem para romper com essa hegemonia da história social do conhecimento como sendo fruto das aventuras, culturas e saberes dos povos da Europa.

Vale ressaltar que o campo da Biblioteconomia e da Ciências da Informação, mesmo tento toda a sua epistemologia tradicional baseada na colonialidade, é uma área que carrega ao longo do seu desenvolvimento, mesmo que de forma não intencional, uma perspectiva decolonial, afinal em seu discurso tem como proposta capacitar um profissional capaz de compreender processos socioculturais relacionados à produção, circulação e apropriação da informação. Prova disso é o fato de os três conceitos utilizados pela colonialidade para se estabelecer serem corriqueiros no pensar e fazer de bibliotecários e cientistas da informação,

uma vez que informação e conhecimento é poder, é necessário que sejam criados espaços que possibilitem a transformação do ser.

Poder, saber e ser são faces que necessitam ser compreendidas pelo dispositivo epistemológico da área, a fim de condicionar uma perspectiva decolonial na Biblioteconomia e na Ciência da Informação e viabilizar seus devires.

**Palavras-Chave:** Colonialismo. Decolonialismo. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Epistemologia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013.
- BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. DataGramZero, v. 9, n. 2, 2008.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? O mistério de Ariana. Lisboa: Veja - Passagens, 1996.
- DUSSEL, Enrique D. Historia de la filosofía y filosofía de la liberación. Bogotá: Nueva América, 1994.
- DUSSEL, Enrique. 1492. El encubrimiento del outro. Hacia El origen Del mito de La modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa, nº 1, Bogotá, Colombia, 2003, pp.58-86.
- FONSECA, E. N. da. Introdução à biblioteconomia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2007.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Edições 70, 2019.
- KANT, I. T. Resposta à pergunta: o que é Iluminismo. In: KANT, I. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: edições, v. 70, 1990.
- MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 26, p. 24-28, 2005.
- NITECKI, Joseph Z. Reflection on the nature and limits of library science. The Journal of Library History (1966-1972), v. 3, n. 2, p. 103-119, 1968.
- QUIJANO, Anibal. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: \_\_\_\_\_. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014a. p.697-704.
- QUIJANO, Anibal. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: \_\_\_\_\_. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014. p.697-704. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S0103-4014201800030039100032&lng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0103-4014201800030039100032&lng=en). Acesso em: 19 de ago. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/inov/producao/seminarios/democracia-e-universidade-na-america-latina-projetos-e-experiencias-emergentes/disciplina-na-pos-graduacao/capitulos-ii-e-iii-renovar-a-teoria-critica-e-reinventar-a-emancipacao-social>>. Acesso em: 12 de ago. 2021.
- SILVA, Caroline Alves da et al. A biblioteca e o interesse público. Inclusão Social, v. 13, n. 1, 2019.